

brasileira, nascida a 3 de Outubro de 1971, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18789/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Amália Rodrigues Miranda, natural de Santo Amaro, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 18 de Abril de 1976, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18790/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 12 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Elisângela de Fátima Correia Fonseca, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida a 12/06/1974, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

20 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18791/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 12 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José Manuel Gomes Moreno, natural de São Miguel, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido a 28/06/1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

20 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18792/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 19 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria da Luz Almeida, natural de Nossa Senhora do Rosário, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 25 de Setembro de 1933, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

20 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18793/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 12 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Odete Nonato, natural de Maputo, República de Moçambique, de nacionalidade moçambicana, nascida a 15/06/1964, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

20 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18794/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 27 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Ana Cristina Soares dos Santos, natural de Nossa Senhora da Luz, República de Cabo Verde, de nacionalidade

cabo-verdiana, nascida a 25/11/1972, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

20 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18795/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 12 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Quemó Turé, natural de Bafatá, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 10/06/1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

20 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18796/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 12 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Nilza Augusta Correia Fonseca, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida a 31 de Julho de 1972, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

20 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18797/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a André da Costa Tavares Silva, natural de Santo Amaro, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido a 04/06/1969, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

20 de Junho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Aviso n.º 18798/2008

Nos termos dos artigos 61.º e 68.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro e dos artigos 21.º, 23.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 93/2008, de 4 de Junho, torna-se público que deu entrada na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo) um pedido de utilização dos recursos hídricos, com o fim de implantar uma infra-estrutura hidráulica destinada à captação de água para rega de uma área superior a 50 hectares. A referida utilização localiza-se na freguesia e concelho de Redondo e possui as seguintes características:

Implantação de infra-estrutura hidráulica (barragem) na Rib.ª da Palheta, num local cujas Coordenadas Hayford-Gauss Militares são M = 37.960 m; P = -112.380 m, com capacidade de armazenamento de 760.000 m³; altura máxima de 13 metros e cota de Nível de Pleno Armazenamento de 228 metros; área a inundar: 21 ha.

Convidam-se todos os interessados para, querendo, requerer junto da CCDR Alentejo, um idêntico pedido de atribuição de concessão com o objecto e finalidade ora publicitada, durante o prazo de 30 dias úteis a contar da data de publicação do presente Aviso.

Caso se verifique a apresentação de pedidos idênticos, será iniciado um procedimento concursal entre os interessados, conforme prevê a alínea *d*) do n.º 4 do artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 93/2008, de 4 de Junho.

Convidam-se ainda todos os interessados que se julguem lesados com a referida pretensão, para, querendo, apresentar, por escrito as suas objecções à atribuição da mencionada utilização, durante o prazo de 30 dias úteis a contar da data da publicação do presente Aviso.

Para informações complementares, os interessados deverão dirigir-se à CCDR Alentejo, Estrada das Piscinas, 193, 7004-514 Évora, Telefone: (+351)266740300, Fax: (+351)266706562, e-mail: expediente@ccdr-a.gov.pt, www.ccdr-a.gov.pt, ou aos Serviços Sub-regionais de Beja, Avenida Vasco da Gama, n.º 7 7800-397 Beja, Telefone 284 311 770, Fax 284 311 771. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

12 de Junho de 2008. — A Presidente, *Maria Leal Monteiro*.

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

Despacho n.º 17446/2008

Na sequência do procedimento concursal destinado à selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, de Director do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa, cujas competências se encontram definidas no artigo 3.º da Portaria n.º 530/2007 de 30 de Abril, que aprova os estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P., nos termos do disposto nos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe é dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no uso das minhas competências próprias, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada do quadro do ICN, Otilia da Graça Barreiros Martins.

A nomeada tem o perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objectivos do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa sendo dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, em virtude de ser detentora de conhecimentos e experiência demonstrados nas áreas relevantes para as funções a exercer, nomeadamente no âmbito do controlo e gestão administrativa e financeira, gestão de recursos humanos e na aplicação de normativos legais no campo dos procedimentos administrativos, conforme resulta do respectivo currículo académico e profissional.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

4 de Março de 2008. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Secretaria-Geral

Despacho n.º 17447/2008

De acordo com a fundamentação aduzida na proposta de nomeação apresentada pelo Júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia do 1.º grau, do quadro de cargos de direcção, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 138/2007, de 27 de Abril, e ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de Director de Serviços de Sistemas e Tecnologias de Informação, da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação, o licenciado José Raul Castilho Fradinho.

Da fundamentação aduzida pelo júri releva o conjunto de experiências profissionais vividas ao longo de vários anos na área de Sistemas e Tecnologias de Informação e as acções de formação de base e complementar reveladoras de preparação adequada para o exercício, bem sucedido, da função de Director de Serviços de Sistemas e Tecnologias de Informação.

Foi ainda evidenciado um perfil de competências muito adequado. Com efeito, a entrevista permitiu inferir que o candidato revela muito bom sentido crítico, pela forma como abordou as questões apresentadas, consubstanciado ainda pela capacidade de reflexão e análise crítica. No plano motivacional o candidato revela níveis muito elevados de motivo de realização, o que permite antever uma forte preocupação com a concretização das actividades em que se envolve, não apenas pela energia

colocada na sua consecução, como também pela capacidade de gerir os recursos adequados à finalização das mesmas.

Ao nível profissional o candidato revela possuir um conjunto de conhecimentos e de experiências relevantes para o exercício do cargo, tal como se evidencia na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

19 de Junho de 2008. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Nota curricular

Nome: José Raul Castilho Fradinho

Habilitações Académicas:

Licenciado em Economia (1971) pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras

Carreira profissional:

Analista-Programador de Informática (1970/1972);

Consultor de Organização e Informática (1972/1975);

Técnico Principal da Direcção-Geral da Coordenação Comercial (1976/1980);

Técnico Destacado na Direcção-Geral do Tesouro — Projecto de Informatização das Tesourarias da Fazenda Pública- (1977/1978);

Director de Serviços do Certificado do Comerciante da Direcção-Geral da Coordenação Comercial (1979/1981);

Director Serviços Profissionais na Bull Portuguesa (1981/1991);

Professor Convidado na Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, Cadeira de Informática de Gestão (1978/1985);

Director de Serviços de Manutenção na Bull Portuguesa (1989/1991) Responsável “Função Qualidade” na Bull Portuguesa (1982/1994);

Director “Business Management” na Bull Portuguesa (1992);

Director “Customer Service Division” — Serviço Clientes- na Bull Portuguesa (1993/1996);

Director de Projectos de Integração na Bull Portuguesa (1996);

Assessor da Ex-Direcção-Geral de Concorrência e Preços (1997/1999);

Consultor de Sistemas de Informação (1998/2003).

Chefe de Divisão da Divisão de Sistemas de Informação da Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência (1999/2003);

Membro da Comissão de Informática e Comunicações do Ministério da Economia (CICMEC), em representação da DGCCe e do Gabinete de Gestão do Ministério da Economia;

Membro do Painel eBusiness promovido pela IDC, Innovagency e Jornal Público (2002/2003)

Representante português na equipa de peritos em Sistemas de Informação, com a missão de implementar a Extranet CIRCA — European Competition Network (ECN) que liga as Autoridades de Concorrência dos diversos Estados Membros com a sede de CE (2002/2003);

Director do Serviço de Sistemas do Gabinete de Gestão do Ministério da Economia (2003-2004);

Director do Serviço de Sistemas e de Tecnologias de Informação da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e Inovação em comissão de serviço (2005-2007).

Director do Serviço de Sistemas e de Tecnologias de Informação da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e Inovação em regime de substituição (desde 1 de Julho de 2007).

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Despacho n.º 17448/2008

Nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da lei 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em comissão de serviço e pelo período de três anos, após procedimento concursal, para o cargo de Inspector Director da Direcção Regional do Algarve, da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, o licenciado Filipe Rodrigues Meirinho.

A escolha, efectuada nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da legislação supra mencionada, recaiu no Técnico Superior, licenciado em Direito, Filipe Rodrigues Meirinho por possuir relevante experiência profissional para as funções objecto do procedimento, designadamente no âmbito da fiscalização económica e segurança alimentar, instrução processual e assessoria jurídica. Por ter ainda demonstrado níveis de motivação e disponibilidade, essenciais para a função e possuir competências de liderança em funções similares.

A nomeação produz efeitos a 16 de Junho de 2008.

11 de Junho de 2008. — O Inspector-Geral, *António Nunes*.